

NOTA DE IMPRENSA

Proposta da IL aprovada

Revisão e atualização urgente das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes

A proposta do Deputado da Iniciativa Liberal (IL) no Parlamento dos Açores, Nuno Barata, que impõe ao Governo Regional a “correção e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento norte-americano estacionado na Base das Lajes”, para evitar que continuem a existir trabalhadores a receber abaixo do salário mínimo pago nos Açores, foi aprovada, por unanimidade, esta quinta-feira.

Nuno Barata quer “corrigir uma situação ilegal”, face à lei laboral que se aplica na Região, bem como “dotar o Governo Regional de uma nova força – a força do apoio do Parlamento – para que “no quadro da magistratura de influência e do relacionamento institucional com o Ministério dos Negócios Estrangeiros”, dê “início à correção e atualização das Tabelas Salariais dos trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento norte-americano estacionado na Base das Lajes, no âmbito do Regulamento de Trabalho e do Acordo Laboral previstos no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América”.

A proposta da IL/Açores visa que, “na próxima reunião da Comissão Bilateral Permanente, possa [o executivo de coligação] ter uma proposta concreta de atualização da tabela salarial a apresentar à delegação americana, tendo em vista a sua análise e debate, visando que a mesma possa ser aprovada, o mais tardar, na reunião da Comissão Bilateral Permanente a realizar no início do segundo semestre de 2025”.

Em causa, segundo Nuno Barata, estão trabalhadores portugueses que “fruto da não atualização das tabelas salariais (desde 2021) e dos sucessivos aumentos do Salário Mínimo Nacional – que, na Região, beneficia de uma majoração de 5% - existam trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento norte-americano que estão a auferir abaixo da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor na Região”.

Assim, para além da urgência que os liberais entendem deve ser dada a esta matéria, Nuno Barata propõe ainda que “fique, absoluta e definitivamente, consagrado que, no primeiro grau do escalão zero de todas as tabelas salariais, o vencimento base previsto seja correspondente ao pagamento da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor na Região”.

Por outro lado, acrescenta o parlamentar da IL, “até à revisão e atualização final das Tabelas Salariais, o Governo Regional deve impor a sua capacidade reivindicativa no âmbito da delegação que representa Portugal na Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América para evitar que aos trabalhadores portugueses ao serviço dos militares norte-americanos continuem a ser sonegadas remunerações que lhes são devidas”.

O que está em causa

Neste momento, mesmo com os aumentos salariais de 4,7% determinados pela Administração dos Estados Unidos, existem oito trabalhadores que possuem um vencimento base menor que o valor

da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor na Região. Ou seja, na prática, existem situações remuneratórias em que quatro graus e seis escalões das tabelas salariais são inferiores ao salário mínimo nacional (870 euros) e, por força do complemento regional de 5%, existem seis graus da tabela salarial inferiores à Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor na Região (913,50 euros). Acresce que existem trabalhadoras com 10 anos de serviço que, mesmo contando com duas diuturnidades, auferem menos que os 913,50 euros.

Estado tem de dar o exemplo

No Projeto de Resolução que foi aprovado pelo Parlamento insular, o Deputado da IL fez um enquadramento histórico das relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos, bem como destaca a importância geoestratégica dos Açores e da infraestrutura militar localizada na ilha Terceira, para lembrar que “o Estado português jamais permitirá que qualquer empresa nacional promovesse tais irregularidades remuneratórias com os seus funcionários”.

Por isso, reforçava Nuno Barata, “não deixa de ser estranho que permita o arrastar de tais situações no âmbito de um Acordo Bilateral de Cooperação e Defesa, quando, ainda por cima, estão em causa poucos trabalhadores, querendo com isto significar apenas os reduzidos impactos financeiros para a Administração norte-americana da justiça social e da legalidade laboral exigida para com aqueles trabalhadores”.

Açores, 13 de março de 2025

Assessoria da Representação Parlamentar Iniciativa Liberal Açores
Pedro Ferreira – 96 23 58 905 – pferreira@alra.pt

